

Os "ventos e trovoadas" que começam a conturbar o céu de anil do Brasil não vão sacudir violentamente apenas a nau do empresariado, que a ministra Zélia gresso se dispõe a não admitir nenhuma alteração mais importante na proposta porque continua a nau do governo, na posição que sempre manteve até aqui, isto é, não admitindo que o Brasil pague sua dívida em qualquer condição.

Como previam aqueles que sabem que não existe uma ciência econômica positiva e que não acreditam em nenhuma "ideologia econômica", os cálculos minuciosos que precederam o lançamento do Plano Collor, principalmente os que se referiam a prazos e ritmo de recuo da inflação, não chegaram ao conhecimento do organismo econômico nacional, que se recusou a adaptar seu metabolismo a eles.

Continuamos a julgar que o que o governo conseguiu em matéria de redução da inflação de março até agora é mais do que satisfatório, mas esse não é o julgamento da ministra Zélia e de sua equipe. Eles estão, evidentemente, decepcionados, desorientados e, consequentemente, psicologicamente condicionados para agir muito mais em função de impulsos emocionais do que guiados pelo raciocínio frio.

O comportamento da ministra Zélia no comício patriótico da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado é apenas uma amostra do que poderá acontecer daqui por diante se o presidente Collor não confirmar aquele novo estilo de liderança política, moderna, pragmática e determinada que parecia exibir até muito pouco tempo atrás.

Quando a ministra da Economia, convocando mais uma vez os políticos para uma cruzada nacional contra o inimigo externo, diz que "não podemos subestimar os adversários", referindo-se a simples credores com os quais o presidente Collor prometia negociar civilizadamente, é hora de se indagar se, com a tão exaltada proposta a eles apresentada, o governo acredita sinceramente que está oferecendo uma oportunidade melhor do que as anteriores para avançar na negociação de um acordo, ou está apenas utilizando um método menos nítido e menos honesto do que o utilizado por Dílson Funaro, de declarar o calote.

Porque com adversários não se negocia, luta-se. E para a ministra Zélia trata-se, já, claramente, de uma luta contra quem ela está acusando de "utilizar todos os meios para desestabilizar", não o governo, evidentemente, que nenhum banqueiro estrangeiro tem poder para desestabilizar, mas a ministra, ela própria.

Não temos condições de saber se a proposta brasileira, com seu já famoso novo conceito de capacidade de pagamento, foi elaborada de boa fé pelos assessores de d. Zélia. Não sabemos se eles acreditam sinceramente que ela abre possibilidades reais de solução do problema da dívida em condições aceitáveis para ambas as partes. O que sabemos é que, a esta altura, o presidente do Banco Central já deve ter informado o presidente Collor de que não há a menor possibilidade de os credores aceitarem negociá-la na sua forma original.

E, ao contrário do que afirma o senador Ronan Tito, não é preciso que um brasileiro seja lacaio do capital estrangeiro para criticar a proposta. Para

tanto, basta que tenha capacidade de entendê-la. Está absolutamente certa a maioria do Congresso se dispõe a não admitir nenhuma alteração mais importante na proposta porque continua a nau do governo, na posição que sempre manteve até aqui, isto é, não admitindo que o Brasil pague sua dívida em qualquer condição. Mas, se se convenceu de que a proposta é razoável, então não entendeu absolutamente nada do novo conceito de capacidade de pagamento.

De acordo com esse novo conceito, a partir de um determinado ritmo de crescimento econômico, o governo brasileiro, depois de pagar os cruzados congelados em março passado, de honrar os compromissos da dívida interna e de aumentar as reservas e, agora, por determinação do Senado, de fazer os investimentos que julgar necessários, deverá ter "sobras fiscais" todos os anos, durante 45 anos, para pagar os nossos credores estrangeiros. Em outras palavras, depois de — para justificar esse novo conceito — os negociadores de d. Zélia terem provado aos nossos credores que superávit comercial dá prejuízo, que em dez anos nossas exportações nos deram um prejuízo de mais de 80 bilhões de dólares (!), eles agora tentam provar que um estado com os compromissos sociais e de infra-estrutura do estado brasileiro, pode "dar lucro"! Já imaginaram nossos leitores se, por um milagre, os credores aceitassem o novo conceito, qual seria a reação de nossos zelosos congressistas quando, amanhã, o governo consignar em seu orçamento (isso mesmo, orçamento) alguns bilhões de dólares para os bancos estrangeiros em vez de consigná-los para algum programa social?

Sabemos perfeitamente que estamos perdendo tempo ao pretender criticar objetivamente o que já foi aclamado "patrioticamente" pela maioria esmagadora dos nossos congressistas. Eles já atenderam à convocação da ministra Zélia para que destruissem as pontes pelas quais o governo poderia recuar.

Por patriotismo, como diz o senador Fernando Henrique — por patriotada, diríamos nós —, tornaram as condições ainda mais inaceitáveis para os credores, chegando até, numa eloquente demonstração do seu "preparo" para a função que exercem, a pretender impor normas legais de comportamento aos bancos estrangeiros.

Não se poderia esperar que entendessem por que o novo conceito de capacidade de pagamento é muito mais inaceitável para o Brasil do que para os próprios banqueiros estrangeiros!

Quanto à ministra Zélia e aos negociadores brasileiros, parecem completamente desnorteados ao se considerarem vitoriosos diante do apoio que estão obtendo no plano político interno. Eles se esqueceram, momentaneamente, de que nesse caso a vitória só poderia se traduzir por uma ampla compreensão, no plano externo, que abrisse o caminho para um acordo satisfatório para ambas as partes.

Está na hora de o presidente da República examinar se o que é bom para Fernando Santana é pode ser bom para Fernando Collor.